

LÍNGUAS JUDAICAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA  
Identificação linguístico-cultural na condição judaica

Esther Szuchman (UFRGS)<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este trabalho, filiado à Análise de Discurso de Linha Francesa, centra-se na temática da identidade/identificação linguístico-cultural na condição judaica em sua heterogeneidade, representada pelos sefaraditas, judeus provenientes da Península Ibérica falantes do ladino, e ashkenazitas, judeus da Europa Central e Oriental falantes do ídiche, em suas relações contraditórias em torno de saberes sobre a língua hebraica. A identidade é aqui considerada como resultado de processos de identificação da heterogeneidade do sujeito e das línguas. E a memória é aqui tratada enquanto memória social inscrita no seio de práticas discursivas.

**Palavras-chave:** Língua (gem), Identidade/identificação, História, Memória.

JEWISH LANGUAGES, HISTORY AND MEMORY  
Linguistical-cultural Identification in the Jewish condition

**SUMMARY**

This work, connected to the French Discourse Analysis, is centered around the theme of linguistical-cultural identity/identification in the Jewish condition in its heterogeneity, represented by Sephardic Jews (Ladino speaking Jews who came from the Iberian Peninsula), and Ashkenazi Jews (Yiddish speaking Jews from Eastern and Western Europe) in their contradictory relationships around the issue of knowledge of the Hebrew language. Identity is considered here as a result of processes of identification of heterogeneity of the subject and languages. And memory is treated here as social memory which is part of discursive practices.

Key words: Language, Identity/identification, History, Memory.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho, filiado à Análise de Discurso de Linha Francesa, centra-se na temática da identidade/identificação linguístico-cultural na condição judaica, em sua heterogeneidade representada pelos sefaraditas, judeus provenientes da Península Ibérica, falantes do ladino, e ashkenazitas, judeus da Europa Central e Oriental, falantes do ídiche, em suas relações contraditórias em torno de saberes sobre a língua hebraica. Para referir esse processo trataremos do conceito de identidade dentro de uma reconfiguração do binômio língua(gem)/ identidade, questionando a categoria tradicional de língua ou falante de uma língua como uma totalidade homogênea, estável e incorruptível, por um lado, e do sujeito como cognoscente, dono de seu dizer, por outro. Refutamos a concepção de identidade homogênea – fixa – e de sujeito intencional, mestre de si e responsável por suas escolhas. A identidade é aqui considerada como resultado de processos de identificação da heterogeneidade do sujeito e das línguas. Quanto à memória, determinante no processo de identificação, nos afastamos de interpretações psicológicas mecânicas da “memória individual” e do inconsciente coletivo. Diferentemente da memória cognitiva, que compõe fatos a partir de fragmentos, a memória discursiva se faz valer dos mesmos fragmentos, mas para, necessariamente, atribuir-lhes existência parcialmente encoberta, fazendo-os ressoar em outras situações enunciativas da mesma ou de uma nova inscrição. Tratamos, pois, da noção de memória social inscrita no seio de práticas discursivas.

Interessa-nos saber como a memória sobre a língua hebraica foi instituída, conservada, rompida ou deslocada na condição judaica. Para melhor entender esse processo, partimos do percurso histórico do povo judeu desde a Antiguidade – no mundo oriental – até a modernidade, no Ocidente.

## **PERCURSO HISTÓRICO**

A história do povo judeu em sua trajetória, segundo Dubnov (1953), compreende dois grandes períodos. A primeira época da história do povo judeu (século XIX a.C. a VI d.C.) caracterizou-se como época bíblica e talmúdica, ancorada pelo hebraico-aramaico quando o povo vivia na Ásia, África e países vizinhos, Egito e Babilônia. A segunda época refere-se ao período em que a maioria do povo judeu emigrou para os países da Europa Ocidental e Oriental. Espanha, França, Alemanha e outros países converteram-se em centros de judaísmo. Esse período abarca as Idades Média, Moderna e Contemporânea.

As línguas ídiche e ladina, no Ocidente, passam a se constituir como elementos culturais fundamentais na preservação da identidade e da unidade do povo judeu no exílio, antes sustentadas principalmente por valores ético-religiosos. Todo o processo de vida material e espiritual, antes ancorado nas tradições e costumes religiosos, passou a ser permeado pelas línguas. Em sua emigração constante os judeus levaram o ídiche e o ladino como meio de comunicação intergrupar para todos os fins da vida coletiva. O ladino, em sua evolução linguística, sofreu acréscimos do turco, do grego e das línguas balcânicas. O ídiche permaneceu mais ligado às suas formas iniciais na Alsácia e na Suíça, enquanto no Leste sua peculiaridade se aprofundou.

### **Condições de Formação dos Sefaraditas e do Ladino**

Os judeus da Península Ibérica são denominados sefaraditas, palavra derivada de *Sefarad* (Espanha em hebraico). Relatos do século I indicam que cerca de mil judeus se estabeleceram no Sul da Península e seu número cresceu com a chegada dos cativos trazidos pelos romanos após a destruição do Segundo Templo e com a invasão árabe a partir do século VIII. Foi no período árabe, sob os califados independentes, que os judeus ascenderam em todos os ramos do saber humano. Os séculos XI e XII são conhecidos como a Época de Ouro judaico-espanhola, de enorme efervescência cultural. Os judeus destacaram-se nas ciências, literatura e filosofia, tendo como expoentes Ben Maimon, com sua obra *O Guia dos Perplexos*, Judah Há-Levi com o *Kuzari* e Salomão Ibn Gvirol com sua obra literária *Coroa Real*, entre outros.

Com a expulsão dos judeus da Espanha (1492), entretanto, produziu-se a Diáspora Sefaradita, que impulsionou milhares de judeus e cristãos-novos a buscar refúgio em terras onde pudessem se estabelecer e praticar livremente sua religião. Perseguidos pela Inquisição e pelas leis racistas instituídas pelos Estatutos de “Pureza de Sangue” vigentes em todos os domínios ibéricos desde o século XV, os sefaraditas se espalharam pelo Norte da África, Império Otomano, parte da América do Sul, Itália, Holanda, Grécia e Turquia. Levaram consigo uma cultura judaica altamente desenvolvida, bem como seus costumes, liturgia, tradições musicais e sua língua latina com novo rumo evolutivo.

Nos quatrocentos anos do Império Otomano os judeus ocuparam cargos político-administrativos, dentro de um sistema que sempre se manteve tolerante, com as diferenças étnicas e religiosas. Cada grupo religioso poderia se organizar em uma comunidade própria e autônoma – *Millet* – dirigida por um chefe religioso, responsável pela administração e cumprimento das leis. Este sistema beneficiou as minorias, em especial a judaica, e contribuiu para a preservação de sua identidade cultural e religiosa. A autonomia das comunidades *Millet* revelou-se bastante conveniente não só ao poder otomano, mas às comunidades religiosas, que podiam preservar suas tradições, costumes e as línguas maternas desde que cumprissem as obrigações legais e recolhessem os impostos devidos ao Estado.

Segundo Penny (1992), o ladino floresceu no Império Otomano após a expulsão dos judeus da Espanha. Os sefaraditas acrescentaram ao romance ibérico da Espanha cristã medieval palavras portuguesas, árabes, turcas e hebraicas, além de neologismos, usando para a escrita o alfabeto hebraico. Conservaram, todavia, estreita identidade com o espanhol e o português.

O ladino é conhecido por seus vários nomes: *Spanyolit* ou *Espanyolit* (em Israel). *Espanyol*, *Ladino*, *Romance*, *Franco Espanyol*, *Judeu-Espanyol*, *Jidy* or *Judy*, *Judezmo* e *Zargon*, nas comunidades do Império Otomano, e mesmo *Hakitia* ou somente *Espanyol* no Norte da África. Ainda se encontram outros nomes para sua designação, mas *Judezmo* (que significa judaísmo), *Ladino* ou *Judeu-Espanyol* (judeu-espanhol) são os mais comuns.

Os judeus usavam o romance ibérico na Espanha cristã medieval como sua língua vernácula. Aparentemente, o ladino foi desenvolvido nessa época, dado que os judeus sefaraditas formavam um grupo religioso-sociológico diferente em costumes e crenças da população não judaica. Eles usavam uma fusão de componentes hebraico-aramaicós em sua língua (MARCUS, 1965 e REVAH, 1970, p. 238-40).

Após a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, o ladino desenvolveu-se de forma independente do ibero-espanhol. A distância da Espanha e o desenvolvimento da língua resultaram em diferenças literárias e linguísticas nos séculos posteriores. Formas do vernáculo foram combinadas com a linguagem escrita e muitas palavras e expressões das línguas locais (turco, grego e línguas balcânicas) fundiram-se no ladino.

Na virada para o século XXI, o número de falantes de ladino gradualmente diminuiu, o mesmo ocorrendo com as diferentes formas de escrita. Segundo Harris: “dada a dispersão geográfica, a assimilação a outras comunidades e a diminuição de falantes após o holocausto, a tendência é da língua se extinguir” (1994, p. 197-229). Os nazistas destruíram a maioria das comunidades onde o ladino representava a primeira língua entre os judeus (Grécia, Bulgária Romênia e Iugoslávia). Os sobreviventes do Holocausto que falavam ladino e emigraram para a América Latina costumavam assimilar o espanhol comum muito rapidamente, enquanto outros adotaram a língua do país para onde foram. Israel é atualmente o país onde há mais pessoas que falam ladino.

A comunidade de judeus expulsos da Espanha, mais bem estruturada e de nível cultural mais elevado, exerceu uma influência dominante sobre os judeus de outras origens em várias áreas. No entanto, constatou-se que, apesar da determinação sefaradi em manter a identidade ibérica, especialmente pela preservação do ladino, houve três processos distintos de interação nos domínios otomanos: a) a assimilação total dos exilados aos autóctones; b) a preservação completa ou parcial da cultura dos exilados; c) a influência direta e recíproca entre os dois grupos. Dos três processos, somente os dois últimos favoreceram a preservação do ladino.

## Condições de Formação dos Ashkenazitas e do Ídiche

Os ashkenazitas são originalmente judeus de ascendência alemã. O nome bíblico Ashkenaz (Gênesis, 10:3; Cr. 1:6; Jer. 51: 27) era tido na Idade Média como referente à Alemanha. Como a maioria dos judeus de países cristãos da Europa Ocidental, Central e Oriental, da Idade Média aos tempos modernos, era cultural e demograficamente descendente dos judeus franco-alemães, o termo ashkenazita veio a ser aplicado a todos eles. O complexo cultural ashkenazita envolve o uso de diferentes dialetos da língua ídiche como língua franca judaica, distintos rituais, costumes, liturgia, arquitetura sinagoga, método de estudo e pronúncia do hebraico, os quais diferenciam os ashkenazitas de seus correligionários sefaraditas e das comunidades judaicas orientais, *mizrahim*.

Max Weinreich, estudioso do ídiche, o define como uma língua híbrida que contém elementos do germânico, do eslavo, do semítico e de outras línguas: “uma fusão de línguas” (1980, p. 34). A maioria dos linguistas concorda que, em sua essência, o ídiche é uma língua germânica ocidental.

O ídiche, ao que tudo indica, originou-se nas fronteiras franco-germânicas por volta dos séculos X e XI (GUINSBURG, 2004). Judeus vindos principalmente da Itália e de outros países românicos adotaram o idioma local, ou seja, o alto-alemão, em sua passagem do período antigo para o médio. Conforme Guinsburg: “misturaram-se desde muito cedo elementos de língua estrangeira não hebraica – Laaz<sup>2</sup> – correlativos judaicos em francês e italiano, com elementos arcaicos, com a terminologia litúrgica, ritual, comercial e institucional do hebraico-aramaico, o chamado lashon hakodesh (‘língua sagrada’), com palavras hebraico-aramaicas ligadas à atividade diária e eufemismos destinados a ocultar ao não judeu o significado dos termos, começaram a desenvolver juedisch-deutsch, isto é, ‘judeu-alemão’” (2004, p. 145).

---

<sup>2</sup> *Laaz* ou, como pretende Weinreich, *Loez*, língua estrangeira “não hebraica” ou língua de um povo estrangeiro. Designação que se estendeu às glosas e glossários em vernáculos, sobretudo, românicos, escritos em caracteres hebraicos, de que se serviam os comentadores judeus na Idade Média e que constituíram o início da adaptação do alfabeto hebraico ao ídiche (vocalização, ditongos).

Em virtude dos constantes deslocamentos dos judeus devido às chacinas cometidas pelos cruzados, o ídiche reuniu contribuições de diferentes dialetos alemães que vieram acentuar as características de jargão específico da *judengasse* (rua dos judeus). Era a linguagem do cotidiano e, sobretudo, das mulheres, que não aprendiam o hebraico.

Com as perseguições sofridas no curso do Medieval, sucessivas ondas de judeus ashkenazitas emigraram em massa para o leste da Europa e também para outras áreas, levando o seu dialeto como uma comunicação intragrupal, usado de forma generalizada em todas as esferas de comunicação da vida coletiva (GUINSBURG, 2004).

Diferentemente de Mendelssohn e seus seguidores na Europa Central, que preconizavam, em seus ideais de modernização, a necessidade de eliminar “o jargão”, como barbarismo linguístico, e cultivar o hebraico e o idioma oficial do país em que os judeus habitavam, foi no Leste Europeu, com o movimento da ilustração judaica na Rússia, que se começou a escrever em “jargão”. A princípio por razões propagandistas e, mais tarde, por razões ideológico-políticas, o ídiche se tornou o veículo de entendimento coletivo entre os judeus. A partir daí desenvolveu-se uma vasta produção literária nos estados da Europa Oriental, graças ao empenho de socialistas populistas, “nacionalistas da *Galut*” (Diáspora), que viram no ídiche uma manifestação própria dos judeus – uma espécie de segunda língua nacional do povo judeu, segundo a visão consagrada na Conferência de Tchernovitz em 1908.

Esse vigor no idichismo e seu desenvolvimento prosseguiram até a Segunda Guerra Mundial, quando foram severamente atingidas as raízes mais profundas do ídiche pela barbárie institucionalizada pelo Estado alemão: o holocausto.

O florescimento do ídiche moderno está intimamente associado aos escritores Mendele Moycher Sforim, Y.L. Peretz e Sholem Aleichem. Desde então, centenas de milhares de livros foram publicados pelos cinco continentes, incluindo obras filosóficas. Isaac Bashevis Singer, escritor em língua ídiche, ganhou em 1978 o Prêmio Nobel de literatura.

Devido a uma combinação de fatores, como o genocídio na Europa, a assimilação cultural na América do Norte e do Sul, a pressão oficial e não oficial exercida para substituir o ídiche pela língua hebraica em Israel, e pelo russo na União Soviética, restaram não mais de dois milhões de falantes da língua ídiche. Com algumas raras exceções de ativistas da língua ídiche, somente em certas comunidades ortodoxas e hassídicas o ídiche é mantido como língua falada no dia a dia e é ensinado às crianças.

### **Contexto Histórico dos Sefaraditas e Ashkenazitas em Porto Alegre**

Com relação aos judeus que compõem a coletividade de Porto Alegre, sabemos que, embora haja registro da presença judaica no Rio Grande do Sul durante os séculos XVIII e XIX, considera-se o ano de 1904 como marco da imigração judaica para o estado, devido à grande concentração da população imigrante que então dava início a uma vida comunitária composta por ashkenazitas e, em menor número, por sefaraditas.

Entre os sefaraditas de Porto Alegre destacam-se os judeus provenientes da Turquia no início do século XX. Uma segunda leva de sefaraditas chega do Egito entre 1950 e 1957. O principal fator de perseguição aos judeus no Egito foi a crise que envolveu Egito, França, Israel e Inglaterra pelo controle do Canal de Suez em 1956. Somados aos sefaraditas da Turquia e do Egito, vieram para o Rio Grande do Sul, ainda que em número mais reduzido, sefaraditas da Europa Central, principalmente da Grécia. Os judeus desse país temiam, nos anos de 1930, a crescente influência nazista que se manifestava entre importantes segmentos da opinião pública e entre importantes setores de liderança nacional. Juntamente com judeus provenientes de Smirna, Salônica e Safed, procuraram integrar-se ao novo ambiente.

Quanto aos judeus ashkenazitas, as décadas de 1880 e 1890 corresponderam à fuga intensa de judeus da Rússia e da Polônia, locais onde se intensificaram os *pogroms* contra os judeus. Nesse período ocorre a criação da Jewish Colonization Association (ICA ou JCA, 1891) pelo Barão Maurício de

Hirsh e outros associados, para a fixação de colônias agrícolas no Novo Mundo.

A criação das primeiras associações da comunidade judaica gaúcha teve lugar na colônia de Philippon, onde foram instaladas uma sinagoga, em 1905, e uma escola, em 1906; depois, em Porto Alegre, a primeira sinagoga foi criada em 1910, composta principalmente por judeus russos e poloneses.

Dois momentos fazem-se importantes para a nossa análise da chegada dos judeus ashkenazitas a Porto Alegre. O primeiro é o ano de 1923, quando muitos judeus chegam ao Rio Grande do Sul fugindo do antissemitismo polonês. Naquela altura assistia-se ao fechamento da imigração judaica na Argentina e às restrições de entrada nos Estados Unidos e Canadá. O segundo momento refere-se aos judeus alemães que aqui chegaram com a ascensão do nazismo ou como sobreviventes do Holocausto, após 1945. Era a esperança que renascia, levando-os a confiar na concretização dos ideais de liberdade que o Iluminismo tão intensamente havia propagado, mas que não conseguira cumprir.

## **CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS**

O corpus desta pesquisa, retirado da dissertação de mestrado apresentada na UFRGS em 2006 (*Identidade/identificação na Condição judaica*), foi constituído por sequências discursivas obtidas como resultado do nosso questionário sobre a identidade judaica em sua relação com a língua e a memória. Este tipo de corpus denomina-se em AD corpus experimental (cf. COURTINE, 1981, p. 27).

Buscamos, nessas sequências, as posições-sujeito que se constituem em processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia, cientes de que os judeus da Diáspora se diferenciam dos judeus nascidos em Israel, ou mesmo daqueles que lá residem. Cabe ressaltar que ao trabalharmos com a memória judaica na Diáspora estamos nos referindo a processos de subjetivização e de filiação que perpassam por determinações diferentes daquelas que afetam os judeus residentes no Estado de Israel. O Estado de

Israel instituiu a língua hebraica como língua oficial desde seu surgimento, bem como um calendário oficial em que constam todas as datas religiosas judaicas.

Para melhor entendermos o funcionamento da memória dos ashkenazitas e sefaraditas na Diáspora inscrita na condição judaica, sobretudo no que diz respeito a sua identificação linguístico-cultural com a língua hebraica, formulamos a seguinte pergunta:

**Em que medida as apropriações da literatura e da língua hebraica seriam elementos fundamentais na construção e manutenção da identidade judaica na Diáspora?**

### **Sequências Discursivas dos Sefaraditas**

E1 (Sd5) Quanto à língua, é a forma de comunicação entre as pessoas. No caso do hebraico falado em Israel, é a língua que o povo judeu fala, oficialmente, no retorno progressivo do exílio, sendo talvez uma das maiores conquistas na construção da identidade judaica, porque afirma e reafirma sua aproximação com a Lashon HaKodesh (língua sagrada), de onde parte, permitindo, dessa forma, uma geração literária nova e dinâmica, preservando a santidade original do hebraico nos textos sagrados, em particular dos Salmos de Davi, que se consagram como a expressão máxima da literatura universal. Assim, o estudo da língua, da literatura e cultura hebraica constituem-se em vetores da transmissão do conhecimento que preservam e constroem a identidade judaica.

Nessa sequência discursiva prepondera, para este enunciador, o papel da língua como instrumento de comunicação. A língua hebraica representa “uma das maiores conquistas na construção da identidade judaica, porque *afirma e reafirma* sua aproximação com o *Lashon Hakodesh*”. O enunciador destaca os Salmos de David como expressão máxima da literatura universal e atribui à língua um estatuto sagrado, considerando o estudo da língua, da literatura e da cultura hebraica “vetores de transmissão e conhecimento na preservação da identidade judaica”

Para este enunciador, a preservação da língua hebraica, suas rupturas, descontinuidades, ressignificações e revitalização no atual Estado de Israel como língua oficial estão intimamente relacionadas ao estatuto sagrado atribuído a ela – “*Lashon Hakodesh*”. O pré-construído<sup>3</sup> “*Lashon Hakodesh*” (língua sagrada) é oriundo de uma tradição em que o hebraico é a língua sagrada, com a qual Deus criou o mundo, e cujo alfabeto mantém um poder criador para aqueles que sabem combinar suas letras. Tradicionalmente, essa determinação é assim entendida pela corrente da mística judaica conhecida como Cabala, que tem como seus fundadores sefaraditas que saíram da Espanha após a expulsão em 1492, tais como José Caro (1488-1575), codificador da lei ritual, o *Shulchan Aruch*, que se tornou o mais autorizado texto *haláchico* – tradição legalista do judaísmo para os sefaraditas.

Porém, cabe aqui lembrar que a língua hebraica foi preservada pelo povo judeu como fator de identidade por mais de cinco mil anos. Já séculos antes da era comum, a maioria das pessoas da Palestina e da Diáspora falava o vernáculo, que era usualmente um dos dialetos aramaicos. Durante o período mishnaico até praticamente a época da Haskalá (200 d.C.-1880 d.C.) a língua hebraica foi usada somente para fins literários e litúrgicos. Foi somente após 1880 d.c., com a imigração de Eliezer Ben Yeuda<sup>4</sup> para Israel, que a língua hebraica foi restaurada como língua falada e conhecida como “língua revitalizada”. A língua hebraica em sua estrutura moderna pode ser definida como uma fusão de componentes clássicos do hebraico bíblico, mishnaico e medieval e do aramaico babilônico, juntamente com substratos da língua ídiche (cf. KUTSCHER, 1982).

A memória discursiva faz circular saberes que presidem a enunciação do discurso como um efeito de memória ressignificada na instância de sua

---

<sup>3</sup> Lembramos que na AD o constructo teórico de pré-construído proposto por Henry (1992) foi articulado por Michel Pêcheux ao de discurso transversal, para abordar o interdiscurso. O “pré-construído é o ‘sempre já aí’ histórico-social que fornece impõe a realidade e seu sentido, é o que fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui em relação a suas formações discursivas preponderantes”.

<sup>4</sup> Eliezer Ben Yeuda (1858 d.C.-1922 d.C.) é considerado o pioneiro da fala hebraica. Contribuiu de forma significativa para o renascimento da fala hebraica na época moderna. Além de criar um grande número de novos vocábulos, logo adotados em Israel, elaborou o seu grande Dicionário, no qual introduziu o vocabulário hebraico de todos os períodos históricos, acrescido dos termos inovados pelos iluministas e por ele mesmo.

emergência. Para este enunciador, independentemente da Diáspora judaica, o renascimento da língua hebraica é devido à santidade da língua hebraica enquanto emanada de Deus.

Daí entendermos que o sujeito, afetado pelo esquecimento, “*ao apropriar-se dos saberes, o faz a partir da ilusão de que tais saberes se originam nele mesmo, quando, de fato, eles representam os ‘já ditos’ que foram produzidos em outros discursos, em outros lugares*” (PÊCHEUX e FUCHS, apud INDURSKY, 2003, p. 102). Essas repetições, tomadas de sua dimensão vertical, dessintagmatizadas, deslinearizadas, são inscritas no discurso do sujeito. Este, ao se apropriar das repetições, dá-lhes uma dimensão horizontal, sintagmatizada, de tal forma que, em sua repetibilidade, imprime sua singularidade na formulação.

E5 (Sd6) A língua tem uma forte relação com a história do judaísmo; e a literatura se baseia frequentemente nas tradições e costumes do povo judeu. Israel, moderno, se constitui num exemplo vivo da importância da língua hebraica na identidade judaica.

A Sd6 aponta para a relação que o enunciador estabelece entre a língua e a história do judaísmo, bem como entre a literatura e a tradição judaica. Para este enunciador, a literatura reflete as práticas judaicas enquanto costumes e tradições, e a língua hebraica é a expressão máxima da identidade judaica, representada pela língua adotada no atual Estado de Israel – “Israel, moderno, se constitui num exemplo vivo da importância da língua hebraica na identidade judaica”.

Diferentemente do apresentado pelo E1 na Sd5, nessa sequência a língua configura-se como elemento de unidade do povo judeu na perspectiva de suas raízes históricas. Para este enunciador, a língua hebraica, enquanto formadora da unidade do povo judeu, remete à memória coletiva histórica do judaísmo. O efeito de sentido considerado a partir do enunciado “língua hebraica” pode ser entendido em relação à posição ideológica do enunciador, que se aproxima daqueles que queriam a língua hebraica como a língua oficial por ela conter as raízes históricas e ético-religiosas do povo judeu.

É importante ressaltar que enquanto o povo hebreu permaneceu no Oriente – época bíblica e talmúdica – a maioria dos livros que constituem o arcabouço da literatura clássica judaica foi redigida em língua hebraica. Porém, ao longo do período de sujeição a domínios estrangeiros e após a grande Diáspora, o povo judeu deixou de utilizar a língua hebraica enquanto língua de comunicação oral, embora ela mantivesse sua força e vitalidade pelo florescimento de vasta produção literária. Durante 1700 anos a língua hebraica foi utilizada somente durante as cerimônias litúrgicas e religiosas, permanecendo como língua de orações e estudos da Bíblia.

Já a literatura é apontada por este enunciador como um elemento que se baseia nas “tradições e costumes do povo judeu”, ou seja, é apontada como um fator sujeito a transformações e ressignificações.

Esta sequência discursiva nos aproxima da relação que se estabelece, na AD, entre unidade e dispersão na língua. Para este enunciador, a língua é entendida como elemento de unidade na preservação da identidade judaica, e a literatura como elemento de dispersão sujeito a transformações. Conforme Orlandi, “é preciso que haja unidade na língua para que as diferenças se organizem significativamente” (ORLANDI, 2001, p. 204). Dito de outra forma, para haver ruptura, deve haver homogeneidade.

### **Sequências Discursivas dos Ashkenazitas**

E7 (Sd7) A relação do judeu, em especial com a língua hebraica, entendo ser fundamental para poder entender e aprofundar os valores religiosos, bem como estar próximo do Estado de Israel.

A Sd7 coloca em questão a preservação da língua hebraica como elemento de entendimento dos valores religiosos e como fator de aproximação do judeu com o Estado de Israel.

Conforme podemos observar, para este enunciador, a apropriação da língua hebraica possibilita a compreensão dos valores religiosos contidos na literatura clássica judaica: a Bíblia, a Mishná e o Talmud. Além disso, a língua hebraica deve ser preservada como elemento de identidade judaica por

representar um elemento de aproximação com o Estado de Israel. Conforme mencionamos anteriormente, a língua hebraica foi adotada como língua oficial do atual Estado de Israel após a sua independência em 1948.

Em seu entendimento, para o povo judeu a língua hebraica representa, sobretudo, um elemento necessário para o domínio do saber religioso, ou seja, para entender e aprofundar os valores religiosos contidos na Torah, Mishna e Talmud são necessários o conhecimento e a apropriação da língua hebraica. Consequentemente, a apropriação da língua hebraica torna-se um fator fundamental na construção e manutenção da identidade judaica.

Assim, acreditamos que para este enunciador a língua hebraica se inscreve em uma posição ideológica identificada com o sujeito que conjuga a língua hebraica como um instrumento necessário para a compreensão dos valores religiosos contidos na literatura composta na Antiguidade e a aproximação com o atual Estado de Israel, que adotou a língua hebraica moderna como sua língua oficial.

E4 (Sd8) Não considero como elementos fundamentais as apropriações mencionadas na construção - solidificação da identidade judaica à literatura e à língua hebraica. Pode-se admitir que no passado a literatura e a língua hebraica tiveram papel preponderante na construção-consolidação da identidade do judaísmo enquanto formas de expressão do pensamento e da arte judaica como etapas de sua evolução. Entretanto, não é possível desconhecer, negar ou relegar a um plano inferior/secundário a contribuição do ídiche e ladino na construção/consolidação da identidade e cultura judaica, pois é a própria cultura que define uma identidade.

O reconhecimento da importância da contribuição dessas línguas (empregadas pelos judeus ashkenazitas e sefaraditas) não somente na construção/consolidação da identidade judaica, mas também na literatura universal é perfeitamente demonstrado pelas premiações, citações e referências que delas fizeram autores e estudiosos de fama internacional.

Cumprir observar, por fim, que da época do Iluminismo (Mendelssohn) à contemporaneidade os rituais religiosos originalmente realizados na língua hebraica vêm, com frequência cada vez mais acentuada, se realizando com os

textos transliterados e traduzidos para as línguas dos países onde os judeus se estabeleceram. Alguns cerimoniais também são realizados da mesma maneira. O hebraico ainda se mantém como língua viva por ser a língua nacional/oficial do estado de Israel, o que lhe garante o uso e a perenidade. Penso, todavia, que as duas outras, o ídiche e o ladino, tendem a diminuir sua influência e uso entre as comunidades pela assimilação cultural e outros motivos de ordem sociológica.

A Sd8 coloca em questão a manutenção da identidade judaica alicerçada somente na língua e na literatura hebraica. A literatura e a língua hebraica são consideradas pelo enunciador somente como uma etapa de *evolução cultural* e, portanto, não podem ser colocadas como prioritárias na preservação da identidade. O ídiche e o ladino não podem ser ignorados ou relegados a um plano inferior, mas devem ser aí considerados como línguas consolidadoras da identidade judaica. O Iluminismo (Mendelsshon) é mencionado a propósito da crescente tendência, nas sinagogas reformistas, de transliterar e traduzir as orações da língua hebraica para o português, no caso do Brasil.

Observa-se que, em relação à memória histórica, a apropriação da literatura e da língua hebraica como elementos de preservação da identidade judaica no processo de assujeitamento deste enunciador ashkenazita nos envia a duas ordens, conforme entendidas por Courtine e Marandin (1981b): repetição de elementos em extensão e reformulações que são da ordem de uma repetição vertical.

Nessa sequência discursiva a língua e a literatura hebraica não são vistas como fundadoras de uma identidade em sua íntima relação com a Torah e o Talmud. Em suma, poderíamos dizer que nessa sequência faz-se presente um efeito de memória para o sujeito ashkenazita em que o ídiche e o ladino devem ser cultivados e preservados não menos que a língua hebraica. A repetição dos elementos nominais “língua e literatura hebraica” é entendida por Courtine e Marandin (1981b) como uma repetição de *elementos em extensão*, da ordem de uma *memória cheia saturada*. Já a repetição vertical da série de formulações que atestam o processo identitário em questão passa a ser

ressignificada e se dá a partir de um não reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado. Essa repetição, segundo os autores, é, ao mesmo tempo, presente e ausente na série de formulações. No nosso caso, *ausente* porque o enunciador não reconhece a língua hebraica como elemento fundamental na solidificação da identidade judaica, e *presente* em seu efeito, como uma repetição na ordem de uma memória lacunar. A repetição vertical, a partir da formulação “língua e cultura hebraica”, é reformulada, é ressignificada na memória histórica do ashkenazita. O efeito de memória produzido é da ordem da redefinição da transformação, inaugurando uma nova rede de formulações. Esta posição-sujeito é entendida por Pêcheux (2002) como um fato que vem “perturbar a memória”, colocando-a na origem de novos dizeres e de novos sentidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas nossas análises, as diferentes filiações identitárias na condição judaica, atestadas pelos judeus sefaraditas e ashkenazitas, falantes respectivamente do ladino e do ídiche, configuraram-se em um espaço contraditório em suas modalidades de subjetivação enquanto formas de apropriação/reprodução/transformação de efeitos pré-construídos que dominaram os sentidos do dizer e a memória de cada grupo.

Para os sefaraditas a língua e a literatura hebraica foram significadas enquanto vetores de transmissão da identidade judaica por estarem relacionadas ao período clássico da produção literária judaica – período bíblico e talmúdico. Tal posição ideológica se aproxima da posição daqueles que queriam a língua hebraica como a língua oficial por ela conter as raízes históricas e ético-religiosas do povo judeu.

É importante ressaltar que enquanto o povo hebreu permaneceu no Oriente – época bíblica e talmúdica – a maioria dos livros que constituem o arcabouço da literatura clássica judaica foi redigida em língua hebraica. Os sujeitos ashkenazitas nem sempre consideraram a língua e a literatura hebraica como elementos de preservação da identidade judaica. Essa prática

veio a ser ressignificada pelo ídiche e pelas traduções e transliterações que foram introduzidas com o movimento de ilustração judaica que se iniciou na Alemanha. O Iluminismo e suas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, lançadas na Europa no século XVIII, juntamente com o princípio da racionalidade, em desenvolvimento desde a época do Renascimento, deslocaram-se para a Europa Central e Oriental e influenciaram de forma marcante o movimento de ilustração judaica conhecido como Haskalá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COURTINE, J.J. “*Définition d’Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours*”, in *Philosophiques*, vol .IX, n. 2, Paris 1982.
- \_\_\_\_\_ *Analyse du discours politique. Langages*, n.62, juin, 1981.
- \_\_\_\_\_ *O Chapéu de Clémentis*. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In Indursky, Freda & Ferreira, Leandro. Maria Cristina (org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques et MARANDIN, Jean Marie. *Quel object pour l’analyse du discours?* In: *Matérialités discursives*. Colloque de 24, 25 e 26 avril, 1980 Nanterre: Presses Universitaire de Lille 1981-b.
- DUBNOV , Simon. *História Judaica*. Versão portuguesa de Roth e Henrique Iussim. Buenos Aires : Editora : S. Sigal , 1953 .
- ORLANDI, E. *A Linguagem e Seu Funcionamento*, Brasiliense, São Paulo, 2ª, 3ª, 4ª edições. Pontes, Campinas 1983.
- *Discurso Fundador*. Editora Pontes, Campinas, 1993.
- *Análise De Discurso-Princípios & Procedimentos*. Pontes 1999.
- \_\_\_\_\_ Identidade lingüística escolar. In. SIGNORINI, Inês (ORG). *Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Fapesp, 2001, p. 203- 212.
- \_\_\_\_\_ Maio de 1968, os silêncios da memória. In: ACHARD, P et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999 a.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso; uma critica a afirmação do óbvio*. Campinas Editora da Unicamp, 1988. (Original em francês: *Les Vérités de la palice*, 1975).
- \_\_\_\_\_ Análise automática do discurso Tradução de Eni Orlandi in: GADET, F; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_ “Papel da memória”. In: ACHARD, P et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999-a.
- ROBIN, R . *Le deuil de l’origine*, 1993
- SERRANI-INFANTE, S. Análise de ressonâncias discursivas em micro – cenas para estudo de identidade lingüístico-cultural. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*.
- WEINREICH, M. *History of the Yddish Language* Translated by S Noble, Chicago; University of Chicago Press, 1980.